

# EDITORIAL

## EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

O número 55 de *Estudos em Avaliação Educacional* apresenta como tema central as políticas públicas em educação, por meio de sete artigos que versam sobre avaliações externas do rendimento escolar e programas de formação, avaliação e bonificação para docentes, além da articulação entre diferentes políticas sociais, especificamente programa voltado para a erradicação da pobreza e de incentivo à educação.

Gimenes, Silva, Príncipe, Louzano e Moriconi discutem resultados de pesquisa sobre objetivos e estratégias de sistemas de avaliação em larga escala gerenciados por redes de ensino. Em “Além da Prova Brasil: investimento em sistemas próprios de avaliação externa”, os autores chamam a atenção para a ênfase pedagógica presente na análise dos resultados dessas avaliações, aspecto que parece ser explorado de forma insuficiente na divulgação dos dados da Prova Brasil, desenvolvida pelo governo federal.

Os três artigos subsequentes tratam de políticas voltadas para formação, avaliação e responsabilização de docentes, tema candente no cenário educacional brasileiro. No texto “Sobre a equidade e outros impactos dos incentivos monetários para professores”, Brooke faz revisão de pesquisas internacionais e nacionais que tratam de sistemas de bonificação para professores, para destacar desenhos e metodologias que podem incrementar e promover eficácia quando da adoção dessa modalidade de política educacional.

Em “Avaliação docente: monitoramento do trabalho dos professores em Portugal”, Nunes, com base na investigação sobre documentos oficiais da área educacional, discorre sobre a natureza e os objetivos de política atrelada à definição de padrões de desempenho docente nesse país no período de 2009 a 2012.

Dois artigos versam sobre os efeitos do programa Bolsa Alfabetização na formação docente. O primeiro, “Formação docente: reflexões de alunos de Pedagogia no programa Bolsa Alfabetização”, de Aparício, examina o desenvolvimento profissional de alunos de Pedagogia considerando suas reflexões sobre a prática didática do alfabetizador. No segundo texto, “O programa Bolsa Alfabetização e a ressignificação dos estágios na Pedagogia”, Andrade trata de temática semelhante, mas amplia a análise dos efeitos do programa ao contrapor o estágio atrelado ao Bolsa Alfabetização com os estágios supervisionados dos cursos de graduação em Pedagogia. Ao debater a formação prática docente, a autora procura elencar aspectos que favorecem a construção de relações mais apropriadas entre universidades e escolas públicas.

Em “Efeitos da condicionalidade em educação do Programa Bolsa Família em Campinas (SP)”, Pires apresenta resultados de pesquisa sobre os efeitos da transferência de renda para famílias de alunos matriculados em redes públicas de ensino sobre os indicadores escolares relativos à população de beneficiários residente em cidade do interior paulista.

No artigo “As diversas faces do Enem: análise do perfil dos participantes (1999-2007)”, Corti recorre a informações relativas a uma série histórica dessa avaliação para examinar crenças, limites e desafios do Exame Nacional do Ensino Médio.

Além dos artigos que tratam de diferentes políticas educacionais, a seção “Outros Temas” oferece ao leitor produções que versam sobre estratégias de ensino e de avaliação da aprendizagem; quanto a este último tópico, são discutidos os processos de avaliação na educação infantil e na gestão curricular interna das escolas. Finalmente, com caráter mais metodológico, é apresentado texto sobre amostragem por conglomerados.

Nessa seção, o primeiro artigo é “A pesquisa como norteadora da formação profissional na universidade”, de Soares, em que a autora evidencia as estratégias e efeitos do uso da pesquisa, enquanto recurso de aprendizagem, na formação de pedagogos, para articulação das teorias e práticas.

A formação de professores é, também, objeto do texto de Alfredo e Tortella, “Avaliação da aprendizagem: concepções

e prática na formação de professores em Angola”, o qual apresenta resultados de pesquisa sobre a implementação de avaliação formativa em curso para docentes.

Neves e Moro contribuem para o debate educacional com o artigo “Avaliação na Educação Infantil: um debate necessário”, em que são discutidos pesquisas e documentos bem como experiências práticas que permitem entrever desafios a serem enfrentados nesse campo de atuação.

Marinho, Leite e Fernandes discutem conhecimentos e crenças presentes em práticas avaliativas de professores, a partir de pesquisa sobre a gestão curricular em duas escolas portuguesas, cujos resultados constam do texto “A avaliação da aprendizagem: um ciclo vicioso de ‘testinite’”.

Finalmente, o último artigo, “Impacto da conglomeração na estimação do coeficiente  $H$  da Escala de Mokken”, dos autores Andrade, Fernandes e Silva, avalia o efeito do plano de amostragem por conglomerados no processo de estimação para elaboração de escala, que visa a caracterizar o capital econômico das famílias de um grupo de alunos que realizaram a Prova Brasil em 2007.

Os textos apresentados neste número são todos frutos de análises realizadas a partir de dados empíricos e nos parece que possibilitam enriquecer os conhecimentos e debates na complexa área da avaliação educacional, e na tomada de decisões pelos gestores de políticas públicas sociais. Esperamos que seja do agrado dos leitores!

Boa Leitura!

*Comitê Editorial*